

QUEM A REGRA PREGA: OCORRÊNCIAS DE REGRAS NÃO PADRÕES NA FALA

Brenda da Silva Dias Rocha (UEMASUL)
bdias8008@gmail.com

Maria da Guia Taveiro Silva (UEMASUL)
maria.silva@uemasul.edu.br

RESUMO

A linguagem é a principal forma de interação humana, por isso, tornou-se objeto de estudo no qual se debruçam teóricos e pesquisadores. O presente trabalho é parte do Projeto de Pesquisa “Reflexões sobre as atitudes do professor diante da realização de uma regra linguística não padrão, pelos alunos”, fomentado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão) e buscou, especificamente, refletir sobre a ocorrência de regras não padrão na fala/oralidade de alunos de oitavo e de nono ano de uma escola pública de ensino fundamental do município de Imperatriz. Para isso, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho micro-etnográfico, com alunos de oitavo e nono ano, de uma escola municipal, em Imperatriz. Os resultados apontaram que os alunos fazem uso de regra não padrão, mas que as professoras nem sempre percebem o uso dessas regras, pelos alunos, às vezes elas procuram trabalhá-las em sala de aula. As professoras colaboradoras, em momentos específicos, trabalham com os alunos a respeito do preconceito linguístico, no entanto, ainda há muito para ser alcançado. O corpus deste trabalho foi construído a partir de gravações e observações escritas da fala dos alunos. O referencial teórico é, principalmente, dos estudos de Bagno (2003), Bortoni-Ricardo (2019; 2004), Coelho *et al.* (2018) e Taveiro-Silva (2012). A relevância desta pesquisa se dá por ela poder contribuir no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa.

Palavras-chave:

Ensino. Escola. Variação Linguística.

ABSTRACT

Language is the main form of human interaction, therefore, it has become an object of study in which theorists and researchers focus. non-standard, by students”, promoted by FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão) and specifically sought to reflect on the occurrence of non-standard rules in the speech/orality of eighth and eighth grade students. ninth grade of a public elementary school in the city of Imperatriz. For this, research with a qualitative approach, of a micro-ethnographic nature, was carried out with eighth and ninth grade students, from a municipal school, in Imperatriz. The results showed that the students make use of non-standard rules, but that the teachers do not always perceive the use of these rules by the students. Sometimes they try to work them in the classroom. Collaborating teachers, at specific times, work with students about linguistic prejudice, however, there is still much to be achieved. The corpus of this work was built from recordings and written observations of the students’ speech. The theoretical framework is mainly from the studies by Bagno (2003), Bortoni-Ricardo (2019; 2004),

Coelho *et al.* (2018) and Taveiro-Silva (2012). The relevance of this research is due to the fact that it can contribute to the process of teaching and learning the Portuguese language.

Keywords:

School. Teaching. Linguistic variation.

1. Introdução

No processo educacional, a escola, muitas vezes, foi o agente fomentador de preconceito. Muito pouco se entendia a respeito da variedade linguística e dialetal que os alunos carregavam, e o foco da escola estava em ensinar o que concebia como “certo”. Por um lado, é fácil justificar este posicionamento das escolas, pois o princípio educacional de quase tudo sempre foi opressor. Peguemos de exemplo o ensino da língua portuguesa aos indígenas, por parte dos jesuítas. Eles implantaram os primeiros processos institucionais, mas esse processo era desculturalizador, pois visava colonizar um povo que eles consideravam ignorante, por não ter a mesma cultura e língua deles.

Há semelhanças entre a metodologia fundadora e a que ainda é praticada nos dias de hoje. Entretanto, a Sociolinguística veio não só para explicar os fenômenos linguísticos, mas, também, para dar suporte a um ensino em língua materna com atitudes mais justas, tolerantes e verossímeis, por quem o pratica.

A diversidade cultural está fortemente presente em sala de aula, e se, segundo o artigo 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos, ela deve ser acessível a todos, independentemente de sua cultura, região ou dialeto. O que significa dizer que é um direito uma educação que não tente uniformizar os indivíduos, uma vez que é natural a diversidade. Assim, deve-se praticar um ensino sem risco de mutilação cultural, ou preconceito, mas que entenda as especificidades linguísticas que carrega cada indivíduo, não classificando a variação linguística como “erro”, mas entendendo como diferença.

É a partir dessas reflexões que este trabalho foi realizado. Este estudo é considerado relevante e é ancorado na legislação oficial concernente ao ensino de língua na educação básica e mostra a necessidade de se refletir sobre os fenômenos da linguagem, em especial os relacionados à questão da variedade e variação linguística. O reflexo da estigmatização e da discriminação, que venha ocorrer na sala de aula, decorrente da variedade linguística de alunos, pode ser visto na trajetória educacional dos alunos e

nos resultados das avaliações adotadas no Brasil.

Assim, este trabalho buscou fazer reflexões sobre a ocorrência de regras não padrão na fala/na oralidade de alunos de oitavo e de nono ano de uma escola pública de ensino fundamental do município de Imperatriz. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho etnográfico e foram acompanhadas turmas de oitavo e nono ano, buscando reconhecer a oralidade não padrão dos alunos, registrando essas falas e as analisando, para, por fim, compreender os processos fonológicos na oralidade desses alunos e teorizar sobre a variedade e variação linguística em sala de aula. Além disso, foi observado também o tratamento das marcas dialetais dos alunos, por professoras das turmas-alvo.

Como resultado a respeito dos professores, foi observado, predominantemente, o que Bortoni-Ricardo postula a respeito de algumas atitudes do professor diante do uso de variantes não padrão da língua, pelo aluno, “o professor não percebe o uso de regras não padrão. Isto se dá por duas razões: ou o professor não está atento ou o professor não identifica naquela regra uma transgressão porque ele próprio a tem em seu repertório. A regra é, pois, “invisível” para ele” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 38). Quanto aos alunos, concluiu-se que entre os processos fonológicos identificados na análise dos dados, estão síncope, desnasalização, iotatismo, assim como erros gramaticais como de flexão verbal.

Esta pesquisa pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, principalmente em escolas que recebem alunos que não dominam a variedade culta/padrão da língua; colaborar para que ocorra um ensino da variedade culta/padrão, de forma que a variedade de domínio do aluno não seja desconsiderada. Pode contribuir, ainda, para o desenvolvimento/fortalecimento de uma pedagogia culturalmente sensível, na mediação do ensino das classes desfavorecidas.

2. Preconceito linguístico e uso de língua não padrão

O país vive um contexto de extrema desigualdade social e isso se relaciona diretamente com o comportamento linguístico dos habitantes, sendo que as pessoas com melhor capital econômico (logo, melhor capital cultural) se aproximam mais da variedade conhecida como norma-culta, da forma mais prestigiada socialmente de falar. Por isso, o preconceito linguístico está diretamente relacionado ao preconceito social.

Ao desprestigiar toda forma de falar que fuja da norma-padrão, é

aberto um abismo que separa a maior parte dos falantes de língua portuguesa de sua própria língua, uma vez que somente a minoria tem acesso à forma “correta de falar”. Mas infelizmente, é o que acontece. No Brasil, a linguagem dos políticos, advogados, médicos, dos livros/autores “renomados”, caminham na esfera do português padrão que faz com que pessoas que não são da mesma esfera social não entendam.

Exemplo disso são as leis do país que são escritas numa linguagem tão técnica que somente uma minoria da população consegue entender. “A discriminação social começa, portanto, no texto da Constituição”, cita Marcos Bagno, em seu livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* (2003, p. 16). No mesmo livro, o autor também comenta, que Maurizio Gnerre, em seu livro *Linguagem, escrita e poder*, menciona que a Constituição infere que todos os homens são iguais perante a lei, mas essa mesma lei é redigida numa língua que só uma parte desses homens conseguem compreender.

É claro que Gnerre não está querendo dizer que a Constituição deveria ser escrita em língua não-padrão, mas sim que todos os brasileiros a que ela se refere deveriam ter acesso mais amplo e democrático a essa espécie de língua oficial que, restringindo seu caráter veicular a uma parte da população, exclui necessariamente uma outra, talvez a maior. (BAGNO, 2003, p. 16)

Assim, é possível dizer que no Brasil existe uma fronteira linguística, que qualifica todos os âmbitos da vida social em bom/ruim, melhor/pior, privilegiado/inacessível, pobre/rico, inteligente/simplório. Essa demarcação, além de ser explicitamente preconceituosa e nociva, também é errada, pois cada variante linguística comporta sua complexidade estrutural.

Na literatura, também, encontra-se variação linguística, por exemplo, cita-se um trecho da música “Curvas do Rio”, do cantor e compositor sertanejo Eleomar:

Vô corrê trecho
Vô percurá uma terra pra eu pudê travaíá
Pra vê se dêxo
Essa mña pobri terra véa descansá

Na composição, é referenciado o momento em que o eu-lírico parte de sua terra. “Corrê trecho”, no dialeto sertanejo, significa percorrer outros lugares, trechos de outras terras, principalmente as alheias. Além disso, a estrofe revela muitas palavras específicas do contínuo de ruralidade, como é o exemplo de “vô percurá”, que corresponde, na

norma padrão, à “vou procurar”. A oralidade característica do cantor, carrega várias marcas fonológicas específicas. Dentro da variação fonética, no primeiro verso exemplificado, ele diz “vô corrê”. Na primeira palavra, suprimindo o ditongo /ow/ para /o/, ocorre a redução de um ditongo em uma vogal, processo chamado de monotongação, e a segunda palavra, o artista suprime o morfema -r, responsável por marcar o infinitivo no verbo, este processo, então, é chamado de apócope. Somente nesse verso da música há dois tipos de variação fonológica. Além disso, o compositor utiliza a figura de linguagem da metáfora ao dizer que vai deixar a terra descansar, ou seja, que vai deixá-la sem o fardo de produzir, ou sem a peleja de, numa situação tão dura, ter que dar bons frutos. Apesar da cantiga muito se distinguir da variedade considerada padrão, a música conseguiu, com a sua característica linguagem, passar com triunfo sua mensagem. Como diz Bortoni-Ricardo (2004):

Todo falante nativo de português, independentemente de sua posição no contínuo de urbanização e independente também do grau de monitoração estilística na produção de uma tarefa comunicativa, produz sentenças bem formadas, que estão de acordo com as regras do sistema de língua que esse falante internalizou. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 72)

A autora assevera que todo falante nativo produz sentenças bem formadas, no entanto nem todos têm essa concepção. Na prática, a linguagem de falantes que fazem uso de regras não padrão não é tratada como uma questão de adequação, mas muitas vezes é vista como um obstáculo à uniformização linguística que o país deveria ter.

É óbvio que a escola deve ensinar a variedade considerada como culta. Para se obter alguns cargos, é necessário se falar de maneira padronizada e até mesmo para estudar, passar para uma universidade pública, é exigido que a pessoa já tenha domínio da norma padrão/culta, sendo esse um dos critérios avaliativos da redação do ENEM: “Competência 1: demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa” (BRASIL, 2020).

A intenção, aqui não é invalidar a necessidade de domínio da norma culta como alicerce linguístico ou seus muitos benefícios, mas apontar a necessidade do reconhecimento dos mais diversos dialetos das mais diversas variedades, que fazem com que a realidade linguística seja totalmente diferente da exigida em exames como este. Como disserta Bagno (2007), a norma linguística culta muitas vezes é “língua estrangeira” ao contexto que determinados grupos vivenciam. O ensino tradicional da norma gramatical é, na maior parte das vezes, árduo para os

estudantes. Isso porque eles encontram a necessidade de aprender o padrão culto para passar em concursos, fazer boas redações, exercer determinadas profissões, etc, mas não encontram necessidade de usar essas normas no dia a dia, uma vez que no dia a dia, a linguagem não padrão é a que impera e não utilizá-la desperta estranheza e deslocamento às pessoas ao redor.

Os falantes se perdem entre as cargas de regras gramaticais não usuais. Eles acabam rejeitando-as, porque, inconscientemente entendem que há mais necessidade de conseguir comunicar-se entre as pessoas da sua comunidade, que em textos escritos para profissionais que estão fora do seu ambiente palpável.

3. *Linguagem regional, índice e educação*

A língua, como já dito, é fator identitário, então, caracteriza grupos geográficos, econômicos, profissionais e até etários. A rejeição à alguns dialetos é superfície de manifestação de um preconceito social bem mais profundo, por isso que o preconceito linguístico está destinado, principalmente, à grupos economicamente desfavorecidos.

Na tese de Taveiro-Silva (2012), através de uma pesquisa feita pelo INEP (2009) são ressaltadas as desigualdades regionais, principalmente com foco na educação. Nota-se que o Nordeste é a região na qual os problemas causados pelo atraso na educação são maiores e onde se encontra o maior índice de pobreza dentro das escolas, a julgar pela quantidade de alunos cadastrados no programa Bolsa Família. Enquanto a região Sudeste, a mais bem estruturada economicamente, é a que alcançou melhor nota (e projeção de nota) pelo índice do IDEB. Assim, prova-se o que já era de conhecimento geral: o acesso à educação está diretamente relacionado com a economia da região.

No entanto, para além disso, é válida uma reflexão. Não é de mera coincidência que justamente o Nordeste seja a região que mais sofre preconceito linguístico pelo seu modo “sertanejo, caipira” de falar. Além das políticas públicas necessárias para mudar o quadro escolar destas regiões, também, é preciso que seja adotada a teoria da Sociolinguística educacional ao se mediar o ensino da norma-padrão, de maneira para que seja desconstruído o preconceito (pois informação gera empatia) e os alunos aprendam que a se adaptarem ao vocábulo exigido por cada ocasião, isto é, formal se necessário, simples se necessário também.

É necessária reflexão contínua sobre o ensino da língua portuguesa em sala de aula. A escola é um dos lugares onde mais se manifestam as questões linguísticas, tanto por ser um espaço de interação humana, quanto por ser o lugar onde é trabalhada a língua. Entretanto, este lugar carrega muitos problemas e deficiências no que diz respeito à linguagem.

Magda Soares, no seu livro *Linguagem e Escola* (2017) cita como o primeiro ponto de problemática o padrão linguístico que algumas escolas usam e que contrapõe com a linguagem das camadas populares e prejudica na aquisição do saber. Segundo a autora, o uso da língua na escola é o fator que mais evidencia as diferenças entre as classes sociais e que gera discriminação e fracasso. Quando o ensino diz respeito à alunos das camadas sociais menos favorecida, estudos comprovaram que eles tinham “carências” (afetivas, perceptivas, motoras, culturais e linguísticas), a partir de então, muitos professores começaram a formular a teoria da deficiência cultural, e a essa teoria foi associada as “dificuldades de aprendizagem”.

Esse tipo de comportamento por parte da escola, culpa o aluno, sua família e seu contexto das deficiências sofridas na escola. Esse posicionamento mascara o verdadeiro culpado dos ditos “déficits”: a desigualdade nas oportunidades. Entre as deficiências mencionadas, uma das principais, era a deficiência na linguagem, nos estudos de Magda Soares (2017), a escola apontava que:

Seu vocabulário é pobre; usam frases incompletas, curtas, monossilábicas; sua sintaxe é confusa e inadequada à expressão do pensamento lógico; cometem “erros” de concordância, de regência, de pronúncia; comunicam-se muito mais através de recursos não verbais do que através de recursos verbais. Em síntese: são crianças “deficitárias” linguisticamente. (SOARES, 2017, p. 33)

A escola, muitas vezes, não entende o tema da diversidade linguística, a ponto de submetem os alunos à preconceitos disfarçados de “correção”. Não é que esteja errado corrigir os alunos na sua fala ou escrita, é que a falta de entendimento contextual da realidade linguística vivida pelo aluno faz com que essa correção aconteça de maneira ríspida, inflexível. É necessário o conhecimento de Sociolinguística na sala de aula para que quando os professores auxiliem os alunos na sua fala e escrita eles consigam explicar, de maneira justa, não só como falar, mas porquê falar de determinada forma.

Nesse contexto, insere-se esta pesquisa para analisar a ocorrência

de regras não padrão na fala/na oralidade de alunos de oitavo e de nono ano. A escola é, muitas vezes, principal campo de preconceito linguístico (uma vez que lá se lida diretamente com o processo de fala e de escrita não só como meio, mas como fim também). Por isso, a pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública de ensino fundamental do município de Imperatriz.

4. Breves observações

Esses dados têm como fonte principal a pesquisa de campo e foram obtidos através da observação, registro escrito e gravação de áudio. Os resultados serão analisados e discutidos e expostos seguindo da seguinte forma: serão usados fragmentos do registro da fala dos alunos, organizados com o uso de letra **A**, para indicar a fala do aluno (sendo enumerado as sequências de alunos diferentes que falam como **A1**, **A2** etc. e **A's** para 'alunos') e **P**, para a professora.

3.1. Resultados e discussões: A ocorrência de regras não padrão na fala/oralidade de alunos de oitavo e de nono ano e a atitude do professor

A variação linguística é inerente à toda língua e, conseqüentemente, há distinção de variedade usada pelas pessoas, ao falarem. Inicialmente, a linguagem é adquirida/apendida na comunidade de origem da pessoa, e muitas vezes, ao chegar na escola, há o impacto da variedade dos alunos com a variedade culta/padrão que a escola ensina. A distinção entre a fala deles e a norma culta /padrão, não deve ser vista como um problema, mas deve ser tarada como natural e a variedade que eles já dominam deve ser vista como básica para a aprendizagem das outras variedades que ele precisa aprender. No entanto, na maioria das vezes ela tem sido entendida como errada, o que é causa de preconceito e até de afastamento de muitos do contexto escolar. Na escola, os erros cometidos pelos alunos têm explicação no próprio processo evolutivo da língua e podem ser previstos e trabalhados pelos professores (Cf. BORTONI-RICARDO, 2004).

Para verificar a ocorrência de regras não padrão na fala/oralidade de alunos, apresenta-se um primeiro fragmento, de fala dos alunos:

- (1) **P**: Vocês não fazem a tarefa em casa i também não querem fazer aqui
- (2) **A1**: Nós faz sim
- (3) **A2**: Nós faz sim

(4) **A3:** É, nós faz mermo

(5) **P:** Nós faz, nós faz... Nós fazemos! (O/27 – 24/06/2022)

Este trecho registrado em sala de aula, mostra a naturalidade com que os alunos não flexionam o verbo no plural, o que, segundo Bortoni-Ricardo (2004) é uma das mais recorrentes dificuldades em relação à concordância. Neste evento de oralidade, a professora repete a frase dita pelos alunos para, em seguida, fornecer a variante padrão de flexão verbal. Nesse exemplo, a professora corrige a fala dos alunos, mas em outros momentos, a professora não aponta o erro de concordância, em termos como “fôia branco” ou “eles fala”, também observadas na sala de aula. Em “eles fala”, a não realização de -m, caracteriza uma alternância morfológica, pois -m é uma desinência que representa a terceira pessoa do plural no discurso (eles falam), e “foia branco” além da despalatalização (perda da articulação palatal /k/ do fonema /lh/ em /i/) seguido de iotacismo, significa uma não realização da flexão quanto ao gênero do substantivo.

O problema de concordância é o mais, frequentemente apontado em salas de aula. Um dos motivos, é que é o mais perceptível pelas professoras, pois o não uso de padrão devido, especialmente, a questões geográficas (marcas regionais) dificilmente é identificado pelas professoras se elas moram na mesma região, ao contrário, muitas vezes elas mesmo possuem este tipo de característica na sua fala. Mas geralmente, os erros gramaticais na fala são os mais facilmente identificados e corrigidos, por exemplo, este outro fragmento:

(1) **A:** Professora, posso ir no banhêro?

(2) **P:** Nããã! Como é qui é?

(3) **A:** ao banhêro. (O/5 – 08/04/2022)

A professora aproveita, para corrigir o aluno no ato da fala. Este tipo de ação na qual o professor aponta o desvio da norma padrão é o que mais suscita dúvidas nos professores, pois alguns têm receio de corrigir para não constranger, enquanto outros pensam que a repreensão deve ser feita, independente do contexto. A realidade, é que os professores precisam ser sensíveis ao contexto do educando, para não o corrigir, de forma que cause humilhação, nem deixar de apresentar a variante padrão que deve ser aprendida pelo aluno. A língua é, antes de tudo, um sistema de fala, assim, existem regras que regem o sistema, algumas são categóricas (regras que sempre se aplicam da mesma forma) e outras são variáveis (regras que se aplicam de modo variado) (Cf. COELHO *et al.* 2018), e é necessário entender o funcionamento da língua para conseguir distinguir o que deve ser corrigido, o que deve ser destacado e o que deve ser somente

respeitado.

A língua é um fator identitário e é a efetiva forma de interação humana. As regras gramaticais servem ao falante e não o falante às regras. Entretanto, é necessário que os falantes aprendam as regras porque é isso que exige algumas ocasiões. Assim, o professor tem que trabalhar com o fim de desenvolver a competência comunicativa do aluno, para que ele consiga se expressar de acordo com a situação. Além da análise do comportamento dos professores frente à realização do dialeto não padrão, é também de interesse desta pesquisa analisar alguns fenômenos linguísticos para que consigamos entender o funcionamento da língua e utilizar isso como instrumento de ensino. Em seguida, mais um fragmento para análise:

- (1) **P**: a segunda questão, quem respondi? Sim ou não?
- (2) **A**'s: sim
- (3) **P**: pur que?
- (4) **AI**: porque a foto é ãa prova. Mostra eliscumenu e joganu o lixo nu (5) mei da rua.
- (6) **P**: Issu. Então a fotu se torna uma forma de dê...
- (7) **A**'s: denúncia (G/12 – 12/05/2022)

Neste fragmento da aula, ocorre algumas formas de variação. Na linha 1, nas palavras “segunda” e “respondi” ocorrem o alçamento das vogais /e/, o mesmo acontece na palavra “eles”, da linha 4. Na linha 3, 4, 5 e 6, as palavras “pur que”, “porque”, “nu”, “issu” e “fotu”, acontece o fechamento da vogal /e/, para /i/. Essas formas de fala são usadas por quase todos os brasileiros. Na linha 4, as palavras “cumenu” e “joganu”, que corresponde aos verbetes “comendo” e jogando”, sofrem, por transformação, o metaplasmato da assimilação. O morfema -ndo indica o gerúndio da palavra, mas, na fala do aluno, esse morfema é substituído por “-n”.

Assim, podemos constatar que a frase do aluno sofre variação morfológica e fonética. Além disso, é utilizado uma forma de expressão no verso 5 “mei da rua”, esta expressão não é literal, mas é uma forma de se referir a algum lugar da plena rua. A professora não destaca a palavra que aqui nos referimos para estudar como fenômeno pela naturalização da frequência com que ela é falada no contexto regional. Assim, é possível que até mesmo a professora carregue este tipo de marca linguística.

Em seguida, mais um caso registrado através de anotações da observação:

- (1) **P**: i ondi o personagem estava?
- (2) **AI**: trabaiãno

- (3) **P:** i di onde eliveiu?
(4) **A2:** elivêi da roça (O/8 – 29/04/22)

Neste caso, assim como no anterior, nas linhas 1, 3 e 4, ocorre alçamento da vogal /e/ para /i/. Já na segunda linha, ocorre a despalatalização da consoante lateral palatal /lh/ para a semivogal /y/, de “trabalhando” para “trabaiãno”, e ocorre ainda, a supressão do /d/, seguimento -ndo. Na linha 3, na palavra “veiu” ocorre alçamento da vogal /o/ para /u/. Na linha 4, o aluno responde a professora com uma entonação fonológica diferente da dela. Ele apaga a última vogal do tritongo e, a palavra que, em padrão normativo, seria “veio”, é evocada por “vêi”.

A partir disso, podemos dizer que embora aluno e professora estejam no mesmo espaço de variedade linguística (dada sua região em comum) eles usam tipos de variações diferentes, sendo o estudante (A2) com prováveis raízes rurais mais presentes que a professora. Não se pode dizer, entretanto, que o tipo de variação da fala dos dois é diferente por terem antecedentes diferentes, mas é mais provável que sejam diferentes por mais de um motivo.

Assim, a linguagem da professora, apesar de não deixar de conter variação linguística e, às vezes ser diferente da norma padrão/culta, é mais monitorada que a do aluno, pois a posição do professor o confere mais responsabilidade linguística. Além do grau de monitorização, outro fator contribuinte para a diferença entre a fala do professor e do aluno, é o grau de escolarização do professor, pois isso causa influência no repertório sociolinguístico (Cf. BORTONI-RICARDO, 2004). Outro evento de interação entre professor e alunos, para se observar se ocorre ou não o uso de regra não padrão:

- (1) **P:** eu já ouvi muito essa palavra “debandagem”, principalmente na
(2) questão da geopolítica ou do futebol: “fulano debandou...” foi pra outro
(3) time.
(4) **A1:** Ele é virafoia
(5) **A2:** é verdade
(6) (...)
(7) **A3:** professora, dêxa eu debandá pro banheru (G/6 – 19/05/2022)

Neste fragmento, é apresentado aos alunos o termo “debandagem”, a partir de um texto lido em sala de aula. Quando a professora dá o exemplo da debandagem como expressão que significa ir para outro lugar e exemplifica, mencionando alguém que mudou de time, um aluno oferece a expressão regional “virafoia” (vira-folha), usada para se referir de forma pejorativa a quem muda de time. Observa-se, ainda, a ocorrência de monotongação, pois houve perda do ditongo em “dêxa” e “banheru”; e de

supressão/aglutinação da preposição com o artigo definido “pro”. Nessa interação, além da despalatalização de /lh/ para a iotação (que observou-se ser bem comum entre os colaboradores da pesquisa) o fato de o aluno ter usado uma expressão usual exemplifica sobre a variação lexical, sendo a variação lexical “palavras que compõe uma dada língua, quase sempre associados à variação regional” (COELHO et al. 2018).

Na discussão do texto dessa mesma aula, observou-se como a variedade de uso dos alunos era diferente da variedade do contexto do texto do livro didático. A professora diz:

- (1) P: vocês sabem o que é arremedo?
- (2) A: eu sei o que é arrumedar
- (3) P: e o que é “arrumedá”?
- (4) A: é imitar. “Ele tá me arrumedando...”
- (5) P: Arremedo é isso também. É fazer uma cópia barata, geralmente para
- (6) ridicularizar ou rebaixar (G/6 – 19/05/2022)

A palavra que a aluna se referiu, era a mesma que a professora questionou o significado, com base no texto, todavia diferente na forma gramatical. Isso mostra que o alçamento de vogal, nesse caso, de /e/ para /u/ é comum na fala deles. Ocorre, ainda, a supressão do /r/ final do verbo no infinitivo “arrumedá”.

O que aconteceu nesses dois últimos fragmentos é muito comum dentro do ambiente da sala de aula. O professor deve tratar isso essas situações como um terreno fértil para explicar sobre o assunto da variedade linguística e abrir uma discussão comparativa entre os tipos de dialetos. Além de ser um ambiente interessante para se pensar a variedade, também é propício de ser usado para que os alunos entendam que as expressões que usam são diferentes das que pessoas de outros lugares usam, por causa do espaço geográfico, o que significa que a diferença das falas não está em questão da que é certa em detrimento da errada, mas que por serem lugares diferentes, são expressões diferentes.

Um dos objetivos deste trabalho é verificar a reação do professor frente a uma ocorrência não padrão na fala dos alunos e já foi visto que ora é apresentada outra forma para o aluno, ora a variedade não é percebida. Pode ser que tenha sido em outro momento, mas, durante a observação, não ocorreu. Por isso, é importante verificar se ele consegue perceber, e através das suas aulas, ensinar acerca da variedade linguística, conscientizar sobre preconceito linguístico e, com isso, combater toda forma de discriminação social. Uma das teorias que podem contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem é a Sociolinguística.

Assim apresenta-se um registro das interações presenciadas entre professor e aluno a respeito da Sociolinguística.

- (1) **P**: Então, as atividades que eu passei para vocês sobre preconceito
- (2) linguístico está dentro do conteúdo da variedade linguística. Vamos
- (3) continuar o assunto hoje. Quando eu falo para vocês de preconceito
- (4) linguístico, o que que vocês lembram, essa palavra?
- (5) **A1**: diminuir pela forma que ele fala
- (6) **A2**: xingar
- (7) **A's**: falar mal, ofender
- (8) **P**: ofender... rebaixar, diminuir. Então. Qualquer forma de preconceito
- (9) é negativa. É algo prejudicial, é algo inadmissível. Isso também, além
- (10) de questões religiosas, além de orientação sexual, questão social,
- (11) acontece também na questão da língua. (...). Vocês já observaram
- (12) situações como essa? Um aluno da outra sala quando eu falei sobre
- (13) preconceito linguístico ele disse “professora pois eu tenho precon-
- (14) ceito linguístico. Vocês já viram?... Vocês têm?
- (15) **A1**: professora, eu me sinto incomodada com o jeito que ele fala
- (16) (aponta para um aluno). Ele fala “fêssora”.
- (17) **A2**: e o quê que tem? Ela ta entendendo
- (18) **P**: olha aí o que a (A2) falou. Se estiver entendendo, tá tudo bem. A
- (19) função primordial da língua é a comunicação. Se eu estou entendendo,
- (20) se eu me faço entender, ótimo. Eu não vou dizer que ele tá falando
- (21) errado, tá? Mas eu vou corrigir ele tendo em vista que é meu aluno!
- (22) (sorrisos). Tendo em vista que está na escola!. Mas esse apegado de
- (23) regras podemos não utilizar no dia a dia tranquilamente. Ces lembra
- (24) que eu falei para vocês que língua é igual roupa? Você vai usar
- (25) dependendo da ocasião. Usar o internetês, a linguagem coloquial...
- (26) **A3**: ei, professora, mas o que é linguagem colo-coloquial?
- (27) **A4**: é mermo
- (28) **A5**: pra mim que eu sabia o que era
- (29) **P**: gente, eu coloquei para vocês na prova. Quantas vezes falei aqui
- (30) na linguagem coloquial, que é a linguagem informal.
- (31) **A6**: na prova acho que eu botei errado.
- (32) (...)
- (33) **P**: Então, gente, preconceito linguístico é quando alguém usa a lingua-
- (34) gem como arma de poder. (...) mas as pessoas que estudam elas são
- (35) obrigadas a conhecer todo tipo de linguagem. Vocês são. Uma coisa
- (36) é sua vó lá do interior, outra é vocês. (G/4 – 29/04/2022)

A escola, dependendo da percepção da comunidade, pode ser um dos espaços mais promotores de preconceito linguístico. Quando um professor insere na educação debates sobre do que trata a Sociolinguísticos, ele está não só implementando aprendizado, mas, também, lutando diretamente contra preconceitos sociais. Essa, então, é a percepção uma escola transformadora que deve ter (Cf. SOARES 2017).

Uma escola transformadora não é uma escola que negligencia corrigir os alunos, mas uma escola que consegue demonstrar como deve ser

feito; como deve ser falado, escrito. Mostrar que existem formas de falar diferentes, variedades linguísticas, e que isso não infere majoritário valor, mas sim que todas as falas dependem de um contexto, e têm valor. No trecho exposto, a professora debate com os alunos sobre preconceito linguístico, sobre variedade, sobre os diversos usos da língua e consegue passar para os alunos valores necessários para que consigam entender sua língua sob um ponto de vista social, mas sem a liberação sem filtros que às vezes as pessoas atribuem à Sociolinguística, pois, nas palavras da professora, ela vai corrigí-los “tendo em vista que são meus alunos (...) tendo em vista que estão na escola”.

5. As dificuldades dos colaboradores relacionadas à fala.

Nos dados obtidos por meio dos instrumentos utilizados (gravação em áudio, observação, etc) observou-se as ocorrências mais comuns de uso de regra não padrão na fala dos alunos, sendo elas:

1. Falta de flexão do verbo.

Ex. “Nós faz” > nós fazemos;

2. Alçamento de vogais: da vogal /e/ para /i/

Ex. “sigunda” > segunda; “ondi” > onde; “eli”v > ele

3. Alçamento da vogal /o/ para /u/

Ex. “porque” > porque; “issu” > isso; “fotu” > foto.

4. Alçamento da vogal /e/ para /u/

Ex. “arrumedar” > arremedar

5. Despalatalização da consoante lateral palatal /lh/ para a semivogal /y/, e do fonema /lh/ em /i/) seguido de iotacismo

Ex. “trabião” > trabalhando; “virafoia” > vira folha

6. Supressão do /r/ final em verbo no infinitivo

Ex. “arrumedá” > arremedar

7. Monotongação, pois houve perda do ditongo

Ex. “dêxa” > deixa; “banheru” > banheiro.

8. Supressão/aglutinação da preposição com o artigo definido

Ex. “pro” > para o.

9. Supressão do /d/, no seguimento “-ndo”

Ex. “trabaião” > trabalhando; “cumenu” > comendo; “joganu” > jogando

Os dados mostraram que os alunos fazem uso de regra não padrão, e que elas são decorrentes do uso regular que fazem na comunidade de origem. No entanto, pode-se dizer que as principais ocorrências identificadas podem ser consideradas como possíveis de serem trabalhadas em sala de aula, mesmo porque algumas delas podem ser encontradas na fala da maioria dos brasileiros. Assim, pode-se até dizer que é necessário se trabalhar para que a produção oral deles não interfira na escrita, pois a escola até releva a forma de falar dos alunos, mas não faz o mesmo na escrita.

O ideal seria mostrar aos alunos as diferenças entre a fala e a escrita, para que não haja confusão na hora de escrever. Por isso, a fala deles deve ser trabalhada, também. Eles devem ter ciência que precisam aprender a usar as regras consideradas padrão/culta da língua para poderem conseguir alcançar os distintos objetivos pessoais e profissionais.

6. Conclusões

A linguagem é a autêntica forma humana de expressão. Mas a língua é variável, ela depende do tempo, modo e lugar em que as pessoas estão. A partir disso, buscou-se analisar a ocorrência de regras não-padrão de alunos de oitavo e nono ano de uma escola pública do município de Imperatriz, bem como averiguar se o professor percebe a diversidade linguística na sala de aula, e o tratamento que ele dá à diversidade linguística dos alunos.

Foi possível averiguar que os alunos fazem uso de regra não padrão ao falar, mas que muitas delas são bem produtivas na fala da maioria dos brasileiros, como a monotongarão e o alçamento de vogais, por exemplo.

Ficou claro, a partir do exposto, que a fala dos alunos os localiza em um ambiente intermediário entre o urbano e o rural, sendo predominantemente uniforme (por características como idade, grau de escolarização e localização geográfica), mas que cada aluno trata a língua de uma maneira diferente (uns com mais cuidados de monitoração, outros mais despreocupadamente espontâneos), mas todos estão no contexto propício para aprenderem sobre sua linguagem, desde as variações até os problemas sociais que o preconceito linguístico suscita. Foi possível averiguar,

também, que os professores percebem o uso de regra não-padrão pelos alunos, embora nem sempre eles conseguem fazer intervenção no momento da ocorrência ou não.

Assim, pode-se dizer que os objetivos da pesquisa foram alcançados. Mesmo tendo havido um pequeno atraso para entrada em campo, foi possível a obtenção dos dados para o desenvolvimento do que foi planejado.

Diante do exposto, espera-se contribuir para a realização de um ensino mais focado no desenvolvimento linguístico de alunos das classes menos favorecidas economicamente. A sala de aula como pesquisa de campo foi uma escolha essencial uma vez que acreditamos que mais que ensinar português, é importante a escola assumir a responsabilidade de conscientizar sobre o papel social da linguagem.

A pesquisa não finda com este trabalho, pois ela terá continuidade como pesquisa e seus dados servirão para o planejamento e desenvolvimento de projeto de extensão com docentes e discentes. O projeto de extensão “saber ler para mais e aprender” tem sido desenvolvido com base, também, em resultados de pesquisas como esta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. *Nada na Língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *Preconceito linguístico: o que é como se faz*. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação no Enem 2020: cartilha do participante*. Brasília-DF: INEP, 2020.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, C. M. N.; MAY, G. E. *Para conhecer a Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social*. 18º ed. São Paulo: Contexto, 2017.

TAVEIRO-SILVA, M. G. *Letramento e linguagem em escola rural no*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Maranhão. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. 246p.

Outra fonte:

ELEOMAR. Curvas do Rio. Discos Marcus Pereira. 1978. Spotify. 4m:35s.